



QUEM DOCTRINA QUEM? OS PARTIDOS POLÍTICOS E O DISCURSO DA ESCOLA SEM PARTIDO COMO PROCESSO FORMATIVO

Jaime Farias Dresch*

Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC

jaimefariasdresch@gmail.com

RESUMO: O Projeto Escola Sem Partido (ESP) materializa-se na forma de uma campanha em âmbito nacional que visa combater a “doutrinação ideológica” nas escolas. O movimento defende a aprovação de uma legislação que não apenas assegure a liberdade de ensinar, mas que também regulamente este preceito constitucional. Neste sentido, divulga textos preliminares para serem utilizados como referência para projetos de lei nas diferentes esferas de governo – federal, estadual e municipal. Esta medida obteve grande repercussão no contexto das eleições municipais de 2016, nas quais diversos candidatos aos cargos de prefeito e vereador apoiaram e até se comprometeram publicamente a apresentar projetos de lei nos moldes do anteprojeto divulgado pela campanha ou a votar a favor dos mesmos logo após o início de seus mandatos. O objetivo deste artigo é analisar os dados referentes às eleições de 2016, identificando quais foram os partidos políticos que apoiaram o movimento. A partir da emergência do discurso do ESP, discute-se a importância da atuação democrática do professor.

PALAVRAS-CHAVE: Escola Sem Partido – Política educacional – Doutrinação – Ideologia – Discurso.

WHO DOCTRINE WHO? THE POLITICAL PARTIES AND THE NON-PARTY SCHOOL DISCOURSE AS A FORMATIVE PROCESS

ABSTRACT: The Non-Party School Project (Escola Sem Partido) takes form of a national campaign to combat "ideological indoctrination" in schools. The movement advocates the adoption of legislation that not only guarantees the freedom to teach, but also regulates this constitutional precept. In this sense, it disseminates preliminary texts to be used as reference for bills in different spheres of government - federal, state and municipal. This measure had great repercussions in the context of the municipal elections of 2016, in which several candidates for the positions of mayor and city council supported and even publicly committed to present bills in the mold of the draft published by the campaign or to vote for them soon after the beginning of their mandates. The purpose of this article is to analyze data for the 2016 elections, identifying which political parties supported the movement. From the emergence of the ESP discourse, the importance of the teacher's democratic performance is discussed.

KEYWORDS: Non-Party School – Educational politics – Indoctrination – Ideology – Discourse.

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC). Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Escola Sem Partido (ESP) é o slogan de um movimento da sociedade civil que problematiza a suposta “doutrinação ideológica” nas escolas. O ESP materializa-se na forma de uma campanha em âmbito nacional que utiliza principalmente a Internet para divulgar os princípios que norteiam suas reivindicações – relacionadas com práticas pedagógicas consideradas abusivas. O movimento defende a aprovação de uma legislação que não apenas assegure a liberdade de ensinar, mas que também regulamente este preceito constitucional. Neste sentido, divulga textos preliminares para serem utilizados como referência para projetos de lei a serem apresentados nos diferentes níveis do poder legislativo. Esta medida obteve considerável repercussão no contexto das eleições municipais de 2016, na qual diversos candidatos aos cargos de prefeito e vereador apoiaram o movimento ESP. Alguns destes candidatos, além do apoio, assinaram um termo disponibilizado no site do ESP comprometendo-se publicamente a apresentar projetos de lei nos moldes do anteprojeto divulgado pela campanha ou a votar a favor dos mesmos logo após o início de seus mandatos.

Este artigo examina o apoio dos candidatos ao ESP, identificando as tendências político partidárias envolvidas neste movimento. A partir da análise e leitura de alguns aspectos da campanha eleitoral e de processos legislativos recentes, busca-se distinguir traços característicos que formam o discurso relacionado ao ESP, bem como indicar possíveis efeitos no contexto político educacional brasileiro. Com a finalidade de contribuir para a leitura deste momento histórico, foram utilizadas declarações dos defensores do movimento veiculadas na imprensa, selecionadas a partir de textos de jornais de grande circulação, publicados recentemente.

A CONSTITUIÇÃO DO DISCURSO DO ESP

O ESP foi fundado e é coordenado por Miguel Nagib. O advogado tornou-se uma de suas vozes mais conhecidas, justamente por exercer o papel de liderança do movimento e, assim, obter significativa inserção na mídia nos últimos meses. Esta situação, em grande medida, resulta de uma estratégia particular do jornalismo contemporâneo, que se baseia em informações exclusivamente fornecidas pelas fontes, desprezando-se, muitas vezes, a verificação, a investigação sobre o que foi declarado. Esta forma de construir a notícia sinaliza uma estratégia de autopreservação do jornalista (ou profissional que atue na área), que reproduz as palavras enunciadas pela

fonte, com a frequente utilização de aspas. Por esta razão, alguns pesquisadores chamam esta modalidade de “jornalismo declaratório”.

No caso do ESP, a imprensa tem registrado com frequência a opinião de seu coordenador nacional. Por ser um tema polêmico, também é comum o registro de alguma opinião contrária. Nestes casos, especialmente, o veículo de informação costuma mostrar as posições divergentes, colocando-se como agente neutro na controvérsia. Cabe mencionar que, ainda que se adotem estratégias nesta direção, a imparcialidade não deixa de ser um ideal. O posicionamento de um determinado veículo nem sempre está claro no texto jornalístico, podendo manifestar-se de modo mais difuso, em outros momentos da produção da notícia. Para as questões em análise neste artigo, entretanto, é preciso destacar que a emergência e a construção cotidiana do discurso do ESP ocorrem em relação próxima com o interesse imediato e superficial da mídia em divulgar fatos da atualidade, o que lhe possibilitou aparecer no cenário social.

Orlando Tambosi aponta que o jornalismo não necessariamente se constitui como forma de conhecimento autônomo – como é o caso específico do jornalismo investigativo – mas frequentemente, em sua forma declaratória, produz informações, sem que se possa saber facilmente se são verdadeiras. Segundo o autor, “o jornalismo está vinculado ao conceito de informação por sua própria definição”.¹ Portanto, o conhecimento viria num segundo momento, quando as informações podem ser utilizadas pelo receptor para construí-lo:

O objetivo que move a atividade jornalística, portanto, é a informação, não o conhecimento. O jornalismo torna públicas, isto é, dá a conhecer, informações que de outra forma permaneceriam opacas. É o leitor ou telespectador que, de fato, adquire conhecimento ao receber e processar informações corretas, através das quais pode formar representações verdadeiras da realidade, ou seja, ter crenças verdadeiras e justificadas.²

Esta concepção, inclusive, aproxima-se da crítica formulada por Friedrich Nietzsche, em 1872, nas conferências “Sobre o futuro dos nossos estabelecimentos de ensino”³, quando este critica a educação de sua época comparando-a ao jornalismo. O

¹ TAMBOSI, Orlando. Informação e conhecimento no jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, vol. II, n. 2, 2005. p. 36.

² Ibid., p. 36.

³ NIETZSCHE, Friedrich. Sobre o futuro dos nossos estabelecimentos de ensino. In: NIETZSCHE, Friedrich. **Escritos sobre educação**. Tradução, apresentação e notas de Noéli Correia de Melo Sobrinho. 5. ed. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2011. p. 49-160.

filósofo deixa claro que a educação precisava ser muito mais profunda do que a cultura superficial do momento.

Atualmente, mídia e política têm se articulado cada vez mais, reduzindo as possibilidades de realização de uma política participativa e plural. A arena das decisões políticas está se deslocando para um novo lugar, onde as opiniões dos cidadãos são sequestradas pela lógica da sociedade midiática, pautada nas oscilações do mercado. Uma das formas de controle, neste novo cenário, é exercida por meio da manipulação publicitária dos desejos dos consumidores. O movimento ESP, em sintonia com esta configuração do espaço público, utiliza as estratégias político-midiáticas que considera eficazes para alcançar seus objetivos. A constituição de “bolhas” nas redes sociais, em que os cidadãos desenvolvem certa intolerância à diversidade, colabora para o processo de legitimação de determinados discursos, cada vez menos sujeitos à crítica. Por isso, a questão da doutrinação deixa de ser debatida em profundidade, uma vez que já existe um discurso formulado neste sentido pelo movimento ESP. Doutrinação não é algo desejável em nenhum espaço público. Tampouco haverá quantidade significativa de pessoas a defender tal prática. O problema é que o contrário de doutrinação não pode ser, apenas, o discurso do ESP.

A doutrinação, na visão deste movimento, começa com os autores que “fazem a cabeça” dos professores. Nesta direção, Miguel Nagib, aponta alguns autores que fundamentariam esta doutrinação ideológica: Paulo Freire, Moacir Gadotti e Antonio Gramsci⁴. Em comum, são todos autores de matriz marxista, mas também são todos defensores de uma educação que leve o cidadão a reconhecer-se como sujeito de sua própria história. Moacir Gadotti, ao escrever sobre o ESP, destaca a noção gramsciana de que viver sem tomar partido não é viver, é parasitismo, covardia⁵. Em seguida, menciona Paulo Freire, ao criticar a pedagogia contemporânea brasileira:

A Escola Sem Partido é uma expressão da falta de espírito crítico e de reflexão que permeia escola e sociedade, apontada, há décadas pelos educadores. Nossa pedagogia não é reflexiva e crítica. É dogmática, “bancária”, na expressão de Paulo Freire. Na falta de argumentação, o

⁴ GASPERIN, Emerson. Linha de montagem: Escola Sem Partido discute a neutralidade do ensino no país. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 08 jul. 2016. Caderno Nós, não paginado. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/nos/noticia/2016/07/linha-de-montagem-escola-sem-partido-discute-a-neutralidade-do-ensino-no-pais-6473159.html>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

⁵ GADOTTI, Moacir. A escola cidadã frente ao “Escola sem partido”. In: AÇÃO EDUCATIVA (Org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso**. São Paulo: Ação Educativa, 2016. p. 149-160.

que se observa é a ofensa, o preconceito, quando não o ódio, a discriminação e a intolerância.⁶

Como afirma Gadotti, a escola precisa ser mais reflexiva e crítica, o que enseja a efetivação do princípio constitucional que assegura o “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” na educação nacional. E se existe a necessidade de lutar pela garantia deste preceito é, justamente, porque a escola é uma instituição eivada de contradições. Nela convivem aspectos que orientam para a conservação da sociedade e outros que indicam possibilidades de mudança. Não poderia ser diferente, dado que a escola é historicamente situada, refletindo as contradições existentes na sociedade.

O discurso do ESP, portanto, surge como resultado dos conflitos entre grupos e das disputas ideológicas que afluem para o campo educacional. Sua emergência e destaque nos últimos meses é proveniente do acirramento das próprias contradições subjacentes ao capitalismo, que são agravadas em solo nacional pelos efeitos da profunda desigualdade social. Em última análise, o discurso deste movimento beneficiou-se da ascensão ao poder de grupos conservadores que incorporaram as demandas do ESP. Este discurso de combate à doutrinação de esquerda, que incentiva o denunciamento, colaborando para a desvalorização da carreira docente e reduzindo os canais de diálogo na escola também se beneficia do espaço midiático destinado às propostas sensacionalistas que vêm atualizando o populismo e o nacionalismo. Na esteira destas propostas, o discurso do ESP ganha espaço e visibilidade, o que contribui para o seu processo de legitimação.

A VISIBILIDADE DO PROJETO ESP

Frequentemente, o movimento é chamado de Projeto Escola Sem Partido, em alusão aos diversos projetos de lei que já tramitaram ou estão em tramitação nas diferentes esferas de governo – federal, estadual, municipal. No dia 03 de maio de 2016, o Senador Magno Malta (PR-ES) apresentou o Projeto de Lei do Senado (PLS) Nº 193, que inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, Lei Nº 9.394/96, o “Programa Escola Sem Partido.”

⁶ GADOTTI, Moacir. A escola cidadã frente ao “Escola sem partido”. In: AÇÃO EDUCATIVA (Org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso**. São Paulo: Ação Educativa, 2016, p. 154.

Desde então, o movimento Escola Sem Partido tem ampliado consideravelmente sua exposição na mídia. A repercussão pode ser constatada pela quantidade de cidadãos que já registraram sua opinião numa das consultas públicas mais expressivas realizadas pelo Senado Federal. De acordo com o “Ranking das proposições com mais de mil opiniões registradas no Portal e-Cidadania”⁷, consultado em 23 de janeiro de 2017, o PLS 193, contabiliza 187.040 opiniões a favor e 202.568 contrárias, totalizando 389.608 opiniões registradas até a referida data (a consulta está em andamento)⁸. Apenas duas outras proposições receberam mais opiniões: a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 106/2015, que propõe a redução do número de membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com um total de 1.069.218 opiniões e a Sugestão (SUG) 15/2014, que visa regular a interrupção voluntária da gravidez, dentro das doze primeiras semanas de gestação, pelo sistema único de saúde, com um total de 403.001 opiniões. De acordo com informações disponíveis no portal e-Cidadania, a seção Consulta Pública conta com 4570 proposições que receberam votos. Destas, 184 constam no Ranking por terem recebido mais de mil opiniões, sendo que 42 proposições apresentam mais de 10 mil opiniões e apenas 9, mais de 100 mil opiniões. Comparativamente, percebe-se que o Projeto ESP está entre os temas com maior número de opiniões, depreendendo-se, portanto, a grande visibilidade alcançada pelo tema entre os cidadãos.

ADESÃO A UM DISCURSO POLÊMICO

Por ocasião das eleições municipais de 02 de outubro de 2016, o Movimento Escola Sem Partido disponibilizou na Internet uma relação com os candidatos comprometidos a apresentarem ou apoiarem a tramitação de um projeto de lei contra a doutrinação ideológica que supostamente estaria ocorrendo nas escolas. O documento assinado por diversos candidatos (ver Quadro 1) representa um compromisso pessoal de combater “a doutrinação e a propaganda política e ideológica nas instituições pertencentes ao sistema municipal de ensino”.⁹

⁷ Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/documentos/home/resultados>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

⁸ Consulta pública disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=125666>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

⁹ **ESP nas eleições municipais de 2016.** Não paginado. Disponível em: <<http://www.programaescolasempartido.org/esp-nas-eleicoes-2016/>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

Quadro 1 – Candidatos nas eleições de 2016 que assinaram o compromisso público de adesão ao movimento ESP, por UF, município, cargo e partido

UF	Município	Candidato	Cargo	Partido
AL	Maceió	Leonardo Dias	Vereador	PSC
BA	Salvador	Gabriel Moura	Vereador	PSC
BA	Feira de Santana	Jefferson	Vereador	PSC
BA	Salvador	Alexandre Aleluia	Vereador	DEM
CE	Fortaleza	Larissa	Vereador	PSDB
CE	Fortaleza	Strauss Nasar	Vereador	PSDB
ES	Serra	Thom Guyansque	Vereador	PSC
GO	Goiânia	Mariana Gidrão	Vereador	DEM
MG	Belo Horizonte	Bruno Engler	Vereador	PSC
MG	Belo Horizonte	Dr. Eduardo Campos	Vereador	PSC
MG	Belo Horizonte	Syllas Valadão	Vereador	DEM
MG	Belo Horizonte	Julio Hubner	Vereador	PMN
MG	Belo Horizonte	Sérgio Fernando	Vereador	PV
MG	Além Paraíba	Professora Marcia Valeria	Vereador	PSDB
MG	Belo Horizonte	Pedro Costa	Vereador	PSDB
MG	Juiz de Fora	Emílio Machado	Vereador	PSD
MG	Belo Horizonte	Heliane Guadalupe	Vereador	PSD
MG	Belo Horizonte	Adrian Paz	Vereador	PTdoB
MS	Campo Grande	Gilmar da Cruz	Vereador	PRB
MS	Campo Grande	Liz Derzi	Vereador	PTB
MS	Campo Grande	Paulo Siufi	Vereador	PMDB
MS	Campo Grande	Aroldo Figueiró	Prefeito	PTN
MS	Campo Grande	Venício Leite	Vereador	PTN
MS	Campo Grande	Carlos Trapp	Vereador	PSC
MS	Campo Grande	William Maksoud	Vereador	PMN
MS	Campo Grande	Pedro Pedrossian	Prefeito	PMB
MS	Campo Grande	Luiz Pereira	Vereador	PMB
MS	Campo Grande	João Henrique	Vereador	PSDB
MS	Campo Grande	João Rocha	Vereador	PSDB
MS	Campo Grande	Dr. Cury	Vereador	SD
MS	Campo Grande	Jackson Emanuel	Vereador	SD
PA	Belém	André Miranda	Vereador	PSC
PA	Belém	Michel Montenegro	Vereador	PRTB
PE	Jaboatão dos	Comandante Brasil	Vereador	DEM
PI	Teresina	Ricardo Azevedo	Vereador	PSC
PI	Teresina	Rubenita Lessa	Vereador	PSC
PR	Londrina	Filipe Barros	Vereador	PRB
PR	Curitiba	Eder Borges	Vereador	PSC
PR	Rolândia	Paulo Farina	Vereador	PSC
PR	Curitiba	Marisa Lobo	Vereador	SD
PR	Curitiba	Wellington Konkel	Vereador	SD
RJ	Rio de Janeiro	Carlos Bolsonaro	Vereador	PSC
RJ	Niterói	Carlos Jordy	Vereador	PSC
RJ	Rio de Janeiro	Fernando Fernandes	Vereador	PSC
RJ	Rio de Janeiro	Márcio Gualberto	Vereador	PSDC

UF	Município	Candidato	Cargo	Partido
RJ	Barra Mansa	João Paulo Louzada	Vereador	PHS
RJ	Quatis	Waltinho	Vereador	PSD
RS	Porto Alegre	Cesar Day	Vereador	PP
RS	Porto Alegre	Fernanda Barth	Vereador	PP
RS	Esteio	Su Vargas	Vereador	PP
RS	Porto Alegre	Marcelo Ribas	Vereador	PSC
RS	Caxias do Sul	Beto Maurer	Vereador	DEM
RS	Caxias do Sul	Nadja Rippel	Vereador	DEM
RS	Novo Hamburgo	Christian Von Berg	Vereador	PROS
RS	Cachoeirinha	Timothy Nery	Vereador	PROS
SC	Balneário Camboriú	Eduardo Charão	Vereador	PROS
SE	Aracaju	Davi	Vereador	SD
SP	Guarulhos	Roni Stefanuto	Vereador	PP
SP	Pirassununga	Lawrence Brasil Livre	Vereador	PTB
SP	Sorocaba	Junior Alves	Vereador	PTN
SP	São Paulo	Gilberto Nascimento	Vereador	PSC
SP	São José dos Campos	Letícia Aguiar	Vereador	PSC
SP	Araçatuba	Pastor Inácio	Vereador	PSC
SP	Araçatuba	Rose do Moto Táxi	Vereador	PPS
SP	Barueri	Dr. Thomaz	Vereador	PPS
SP	Araçatuba	Dr. Jorge Maluly	Vereador	DEM
SP	São Paulo	Cauê Bocchi	Vereador	NOVO
SP	Araçatuba	Elson Federal	Vereador	PSB
SP	Araçatuba	Lucas Zanatta	Vereador	PV
SP	Araçatuba	Almir Fernandes Lima	Vereador	PSDB
SP	São Paulo	Lucas Namasu	Vereador	PSDB
SP	Araras	Mônica Barreto	Vereador	PSDB
SP	Araçatuba	Indalécio Lima	Vereador	PPL
SP	Praia Grande	Marcel Farias	Vereador	PSD

Dados elaborados pelo autor.

A divulgação dos nomes dos candidatos foi realizada na página do ESP, numa seção intitulada “Escola sem Partido nas eleições municipais de 2016”. Nesta página, encontra-se a imagem dos termos de compromisso (Figura 1), e um convite aos apoiadores do movimento a assinarem o documento.

Figura 1 – Imagem do “Compromisso político público” divulgada pelo ESP¹⁰

ESCOLA SEM PARTIDO

COMPROMISSO POLÍTICO PÚBLICO - ELEIÇÕES 2016

Eu, _____, candidato(a) ao cargo de Vereador pelo Partido _____, no Município de _____, assumo publicamente o compromisso de, sendo eleito(a), apresentar, no primeiro mês do meu mandato, ou apoiar com o meu voto, projeto de lei contra a doutrinação e a propaganda política e ideológica nas instituições pertencentes ao sistema municipal de ensino, nos moldes do anteprojeto de lei elaborado pelo Movimento Escola sem Partido.

_____ local _____ data

_____ assinatura

ESCOLA SEM PARTIDO

COMPROMISSO POLÍTICO PÚBLICO - ELEIÇÕES 2016

Eu, _____, candidato(a) ao cargo de prefeito pelo Partido _____, no Município de _____, assumo publicamente o compromisso de, sendo eleito(a), enviar à Câmara Municipal, no primeiro mês do meu mandato, projeto de lei contra a doutrinação e a propaganda política e partidária nas instituições pertencentes ao sistema municipal de ensino, nos moldes do anteprojeto de lei elaborado pelo Movimento Escola sem Partido, sem prejuízo de tornar obrigatória, desde logo, mediante Decreto do Poder Executivo a ser editado no primeiro mês do meu mandato, a afixação, nas salas de aula e nas salas dos professores das instituições de ensino mantidas pelo Poder Público municipal que atuem no ensino fundamental e médio, do cartaz com os Deveres do Professor elaborado pelo Movimento Escola sem Partido.

_____ local _____ data

_____ assinatura

No menu, à esquerda, há uma lista com 16 estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe. Ao clicar sobre o nome de cada estado é possível visualizar os “santinhos” (material gráfico de campanha) dos candidatos que assinaram o termo de compromisso do ESP. Uma cópia do termo assinado acompanha a grande maioria dos santinhos, atribuindo veracidade às informações.

A assinatura e divulgação do “Compromisso político público – eleições 2016”, cumpre, ao menos, três funções: 1) torna pública a adesão do candidato às ideias defendidas pelo movimento ESP; 2) estabelece entre o candidato e o movimento um vínculo – paradoxalmente – ideológico, uma vez que se trata de um compromisso que visa efetivar as demandas específicas do ESP; 3) colabora para o processo de dupla legitimação: do candidato em relação ao discurso produzido pelo movimento ESP e da visibilidade do movimento em relação à candidatura. Estas funções são evidenciadas na divulgação do documento na Internet e no próprio texto do Compromisso, transcrito a seguir:

Eu, _____, candidato(a) ao cargo de Vereador pelo Partido _____, no Município de _____, assumo publicamente o compromisso de, sendo

¹⁰ ESCOLA SEM PARTIDO. **Escola sem Partido nas eleições municipais de 2016**. Disponível em: <http://www.programaescolasempartido.org/esp-nas-eleicoes-2016/>. Acesso em: 22 fev. 2017.

eleito(a), apresentar, no primeiro mês do meu mandato, ou apoiar com o meu voto, projeto de lei contra a doutrinação e a propaganda política e ideológica nas instituições pertencentes ao sistema municipal de ensino, nos moldes do anteprojeto de lei elaborado pelo Movimento Escola sem Partido.¹¹

O texto deixa clara a disposição dos candidatos em apoiarem o ESP, a partir de ações concretas a serem adotadas imediatamente, com base nas prerrogativas do cargo de vereador – ou seja, apresentando projetos de lei no primeiro mês de mandato, pautados no modelo estabelecido pelo movimento. O termo assinado pelos candidatos a prefeito, conforme transcrição a seguir, inclui uma medida complementar, fundamentada nas prerrogativas do cargo: a edição de um Decreto que torna obrigatória a afixação nas escolas do cartaz elaborado pelo ESP, intitulado “Deveres do Professor”.

Eu, ____, candidato(a) ao cargo de prefeito pelo Partido ____, no Município de ____, assumo publicamente o compromisso de, sendo eleito(a), enviar à Câmara Municipal, no primeiro mês do meu mandato, projeto de lei contra a doutrinação e a propaganda política e partidária nas instituições pertencentes ao sistema municipal de ensino, nos moldes do anteprojeto de lei elaborado pelo Movimento Escola sem Partido, sem prejuízo de tornar obrigatória, desde logo, mediante Decreto do Poder Executivo a ser editado no primeiro mês do meu mandato, a afixação, nas salas de aula e nas salas dos professores nas instituições de ensino mantidas pelo Poder Público municipal que atuem no ensino fundamental e médio, do cartaz com os Deveres do Professor elaborado pelo Movimento Escola sem Partido.¹²

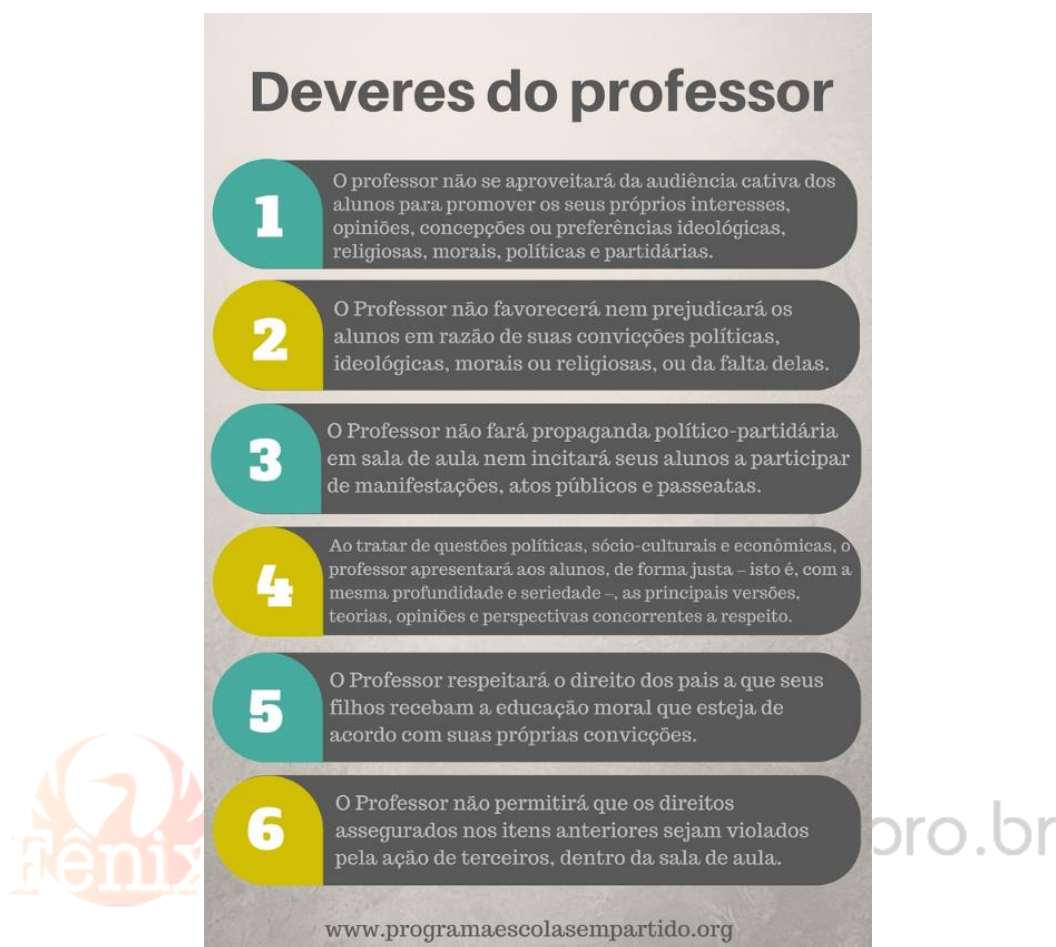


Percebe-se que o ESP propõe a criação de mecanismos de regulação das práticas pedagógicas e do currículo escolar. Esta disposição pode ser verificada, em particular, pela orientação contida no termo assinado pelos candidatos à prefeitura: a divulgação de cartazes elaborados pelo ESP, no formato da imagem reproduzida a seguir (Figura 2):

¹¹ ESCOLA SEM PARTIDO. **Escola sem Partido nas eleições municipais de 2016**. Disponível em: <<http://www.programaescolasempartido.org/esp-nas-eleicoes-2016/>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

¹² ESCOLA SEM PARTIDO. **Escola sem Partido nas eleições municipais de 2016**. Disponível em: <<http://www.programaescolasempartido.org/esp-nas-eleicoes-2016/>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

Figura 2 – Cartaz elaborado pelo ESP, divulgado na Internet¹³



Os procedimentos com os quais se comprometem os candidatos evidenciam que a questão da doutrinação ideológica deve ser tratada com celeridade e da forma como previsto pelo movimento ESP. Não há espaço para o debate público, a não ser após a apresentação do Projeto de Lei. Ainda assim, alterações substantivas no corpo do texto sugerido frustrariam o conteúdo do cartaz, este sim, adotado sem as mesmas possibilidades de discussão e alteração. De fato, os referidos “Deveres do professor” contemplam, de certo modo, aspectos que já são respeitados pelos professores. O problema é que da forma como se apresentam, estes “Deveres” podem ser reinterpretados, servindo como pretexto a perseguições ideológicas. Aliás, esta possibilidade de controle das práticas pedagógicas tem sido destacada por determinados

¹³ ESCOLA SEM PARTIDO. **Escola sem Partido nas eleições municipais de 2016**. Disponível em: <<http://www.programaescolasempartido.org/esp-nas-eleicoes-2016/>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

políticos, ligados a grupos religiosos, como uma oportunidade para disseminarem sua visão de mundo.

Entra em discussão, portanto, não apenas o que está escrito, mas o que se pode fazer a partir do que está escrito. O item 5, por exemplo, declara que “o professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”. A partir disso, abriu-se espaço para que certos grupos questionem – e venham a exigir a proibição – da educação sexual. Questões relacionadas à sexualidade passaram a ser combatidas e até mesmo as questões de gênero – imprescindíveis para a formação de uma sociedade que respeita os direitos das mulheres – passaram a ser classificadas como “ideologia de gênero”. Este conceito foi estabelecido em contraposição às conquistas recentes das mulheres e do movimento LGBT, todavia, baseia-se em equívocos. Não se pode falar em “ideologia de gênero”, mas sim em luta das mulheres e das pessoas LGBTs contra a ideologia hegemônica do patriarcado. As pessoas que atuam como feministas não lutam pela destruição da família, mas sim pelo respeito a todas as formas de organização familiar. Tampouco a abordagem de questões ligadas à sexualidade na escola representa uma ameaça aos valores morais familiares de cada criança. Sexualidade não é sinônimo de sexo, por isso, todos os indivíduos, de todas as idades, manifestam sua sexualidade e têm direito a educação sexual.

Apesar destes equívocos, o discurso conservador tem ganhado espaço no âmbito político, produzindo efeitos negativos consideráveis no campo relacionado às questões de gênero. Em meio a este conflito, o discurso do ESP também ganha espaço, uma vez que foi acolhido por partidos com plataformas conservadoras, como é o caso do PSC. No Quadro 2, a seguir, é possível verificar que o PSC foi o partido com mais candidatos eleitos, dentre aqueles que assinaram o compromisso público do ESP.

Quadro 2 – Candidatos a vereador nas eleições de 2016 que assinaram o compromisso público de adesão ao movimento ESP e foram eleitos¹⁴

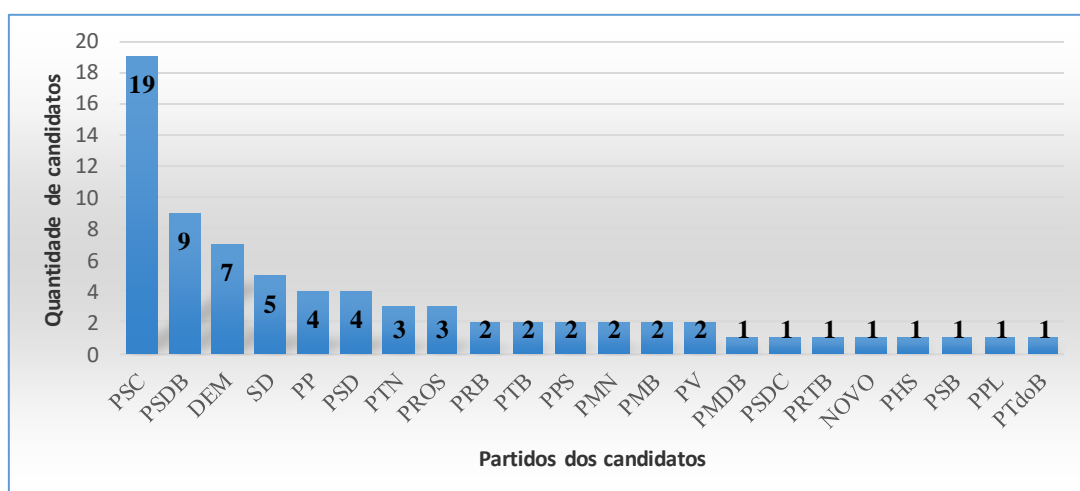
Candidato	UF	Município	Partido
Carlos Bolsonaro	RJ	Rio de Janeiro	PSC
Carlos Jordy	RJ	Niterói	PSC
Gilberto Nascimento	SP	São Paulo	PSC
Lucas Zanatta	SP	Araçatuba	PV

¹⁴ Estes dados são provenientes do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e foram organizados na tabela pelo autor.

Almir Fernandes Lima	SP	Araçatuba	PV
Filipe Barros	PR	Londrina	PRB
Gilmar da Cruz	MS	Campo Grande	PRB
Paulo Siufi	MS	Campo Grande	PMDB
William Maksoud	MS	Campo Grande	PMN
João Rocha	MS	Campo Grande	PSDB
Alexandre Aleluia	BA	Salvador	DEM

Além do resultado eleitoral satisfatório, outro fator a ser destacado é o do número elevado de candidatos do PSC que assinaram o termo de compromisso do ESP (ver Gráfico 1). Foram 19 candidatos, o que coloca o partido em destaque como o maior apoiador do movimento, pelo menos no que se refere à campanha ora em análise. Outro aspecto a ser considerado é o da divulgação do discurso do ESP no contexto da disputa eleitoral. O fato de haver convergência de interesses dos partidos e do movimento possibilita que um grande número de eleitores passe a aceitar as propostas ratificadas pelos candidatos. Isto colabora para produzir a legitimação do discurso do ESP, o que pode levar, como já mencionado, à redução dos espaços de diálogo sobre a questão da doutrinação na escola.

Gráfico 1 – Quantidade de candidatos a vereador e prefeito nas eleições de 2016 que assinaram o compromisso público de adesão ao movimento ESP, por partido



Legenda: Partido Social Cristão (PSC); Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); Democratas (DEM); Solidariedade (SD); Partido Progressista (PP); Partido Social Democrático (PSD); Partido Trabalhista Nacional (PTN); Partido Republicano da Ordem Social (PROS); Partido Republicano Brasileiro (PRB); Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); Partido Popular Socialista (PPS); Partido da Mobilização Nacional (PMN); Partido da Mulher Brasileira (PMB); Partido Verde (PV); Partido do Movimento Democrático Brasileira (PMDB); Partido Social Democrata Cristão (PSDC); Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB); Partido Novo

(NOVO); Partido Humanista da Solidariedade (PHS); Partido Socialista Brasileiro (PSB); Partido Pátria Livre (PPL); Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB).¹⁵

NÃO EXISTE IMPARCIALIDADE!

A questão central do discurso do movimento ESP é a doutrinação ideológica, uma atividade condenável, realizada, supostamente, por professores filiados ou simpatizantes de partidos ou causas de esquerda. As ideias de esquerda, portanto, estariam sendo ensinadas sem o consentimento dos pais dos alunos. O raciocínio é simples, tão simples como a solução para o problema proposta pelo ESP: estimular a sociedade a denunciar o professor que ensinar o que não deve ser ensinado.

Entretanto, o processo é um pouco mais complexo. Primeiramente, os casos de doutrinação ideológica devem ser combatidos, quando forem efetivamente constatados, evitando que a cultura do denunciamento prejudique indiscriminadamente as carreiras dos profissionais. Além disso, a chamada doutrinação pode ser de qualquer tendência ideológica, de esquerda ou de direita. Não é preciso ser militante de nenhum partido ou causa social para ser um possível doutrinador. Defender ideias democráticas não é doutrinar, mesmo que a família não concorde com tais ideias. Defender a diversidade cultural, o pluralismo de ideias, a liberdade de expressão e o exercício da cidadania não é doutrinar, mesmo que nem todos concordem com tais princípios.

Apagar as tendências ideológicas seja na escola ou em qualquer instituição social é simplesmente impossível, dado que as instituições são formadas por cidadãos. E não há vida social sem a manifestação da humanidade daqueles que compõem a sociedade. A imparcialidade, neste sentido, só pode ser compreendida como um valor, um ideal a balizar certos aspectos da civilidade. É desejável, por exemplo, que um funcionário público atenda a todos com imparcialidade, mas não há como garantir que as paixões humanas sejam colocadas em suspensão durante as interações sociais.

O professor ocupa certo lugar na sociedade. Assim como os demais atores sociais, ele desempenha uma função técnica, mas também está inserido no contexto econômico, político, social, cultural. O professor não pode e não deve apagar a realidade, buscando uma atuação neutra, pois não há neutralidade possível diante da realidade em que se vive. Paulo Freire, um dos autores mais criticados pelos integrantes do ESP, chegou a afirmar claramente que sua visão do mundo nunca foi imparcial: “Em

¹⁵ Dados elaborados pelo autor.

tempo algum pude ser um observador ‘acinzentadamente’ imparcial, o que, porém, jamais me afastou de uma posição rigorosamente ética”.¹⁶ Paulo Freire compreende que a neutralidade é incompatível com o mundo que se vê e que e que a desigualdade exige uma tomada de posição:

Para que a educação fosse neutra era preciso que não houvesse discordância nenhuma entre as pessoas com relação aos modos de vida individual e social, com relação ao estilo político a ser posto em prática, aos valores a serem encarnados. Era preciso que não houvesse, em nosso caso, por exemplo, nenhuma divergência em face da fome e da miséria no Brasil e no mundo; era necessário que toda a população nacional aceitasse mesmo que elas, miséria e fome, aqui e fora daqui, são uma fatalidade do fim do século.¹⁷

A partir da tomada de posição, o professor que atua conforme os ideais democrático não se torna um doutrinador, como podem suspeitar os partidários do ESP. Torna-se um agente que acredita e luta pela transformação da sociedade, embora deva ter em mente que a educação não é redentora, como aponta Paulo Freire:

[...] *se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental a educação pode.* Se a educação não é a chave das transformações sociais, não é também simplesmente reprodutora da ideologia dominante. O que quero dizer é que a educação nem é uma força imbatível a serviço da transformação da sociedade, porque assim eu queira, nem tampouco é a perpetuação do “status quo” porque o dominante o decreta. O educador e a educadora críticos não podem pensar que, a partir do curso que coordenam ou do seminário que lideram, podem transformar o país. Mas podem demonstrar que é possível mudar. E isto reforça nele ou nela a importância de sua tarefa político-pedagógica.¹⁸

Segundo Antonio Gramsci, todos os grupos sociais criam seus intelectuais orgânicos. Neste sentido, o autor afirma que todos os homens podem ser considerados intelectuais, ainda que nem todos exerçam a função de intelectual.¹⁹ Esta noção é fundamental para pensar a atuação dos cidadãos no contexto social, uma vez que:

[...] todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha

¹⁶ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 15.

¹⁷ Ibid. , p. 124.

¹⁸ Ibid. ,p. 126.

¹⁹ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, volume 2. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 18.

consciente de conduta moral, contribuí assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar.²⁰

O professor, no sentido gramsciano, é um intelectual e, como tal, atua no mundo. E sua atuação está necessariamente vinculada aos lugares que ele ocupa. Ser um professor implica em receber certo salário, regulado em função da (des)valorização social da carreira. Não se pode ser um professor para além das condições materiais e históricas que constituem este profissional.

Como argumenta Bourdieu, a ordem estabelecida é legitimada não somente por discursos fundamentados em determinadas ideologias. Em suas palavras: “o efeito de legitimação da ordem estabelecida não incumbe somente, conforme se vê, aos mecanismos tradicionalmente considerados como pertencentes à ordem ideológica, como o direito”.²¹ Este processo de legitimação, pode ocorrer silenciosamente, pela simples aceitação passiva de determinada prática ou discurso, como aponta o autor: “Os efeitos ideológicos mais óbvios são aqueles que, para se exercerem, não precisam de palavras, mas do silêncio cúmplice”.

Como lidar, então, com um professor que escreve diariamente uma frase da Bíblia na lousa? – e esta é uma situação frequente nas escolas. Alguém pode sentir-se atacado em seus princípios? Certamente, pois o Brasil é (ou deveria ser) uma República laica e utilizar diariamente frases de uma religião como epígrafe interfere na liberdade de expressão dos cidadãos. O Estado brasileiro não deve, ou não deveria ser pautado em leis cristãs (ou outras), mas sim na Constituição. É fato que a tradição religiosa faz parte da história e da cultura nacional e está presente no cotidiano. Não é por menos que Deus é mencionado no Preâmbulo do texto constitucional. Não há como proibir ou apagar a cultura religiosa das escolas, mas há como tratá-la de forma adequada. Numa entrevista concedida ao jornal O Estado de S. Paulo, o professor da USP José Arthur Giannotti dá um exemplo de como isto pode ocorrer: “É claro que um professor que acredite no criacionismo pode falar do assunto aos alunos. Mas ele tem por obrigação, por

²⁰ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, volume 2. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 53.

²¹ BOURDIEU, Pierre. **A produção da crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. 3. ed. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Porto Alegre: Zouk, 2006, p. 200.

honestidade intelectual, dizer que o criacionismo não tem base na ciência, mas em outras narrativas que, no fundo, têm base na fé”.²²

Portanto, ainda que sejam parte integrante do cotidiano, as referências, as opções e as manifestações religiosas não devem servir como fundamentos à sociabilidade, ainda que sejam garantidas aos cidadãos como questões de foro íntimo. Trata-se de evidenciar a escola como espaço público, com características diferentes dos espaços privados. Tendo isso em vista, como resolver problemas de proselitismo na escola? Seria interessante perguntar primeiro: como tem se resolvido este tipo de problema?

Seguindo este raciocínio, é importante destacar que a moral cristã esteve fortemente ligada às origens da escola de massas e, além disso, compôs e continua compondo a moralidade das relações cotidianas na sociedade brasileira. Portanto, para a maioria da população é simplesmente aceitável que os professores recitem diariamente passagens bíblicas. É como se a Bíblia pudesse ter uma aceitação universal e tudo nela fosse incontestável. Certamente, isto não passa de uma impressão, insustentável em termos jurídicos. Ainda que num contexto histórico um pouco distante, esta impressão de aceitação universal (sem desconsiderar os interesses econômicos da expansão marítima) produziu o tratamento dado à cultura indígena local pelos portugueses/cristãos que chegaram ao Brasil há mais de 500 anos: a inferiorização dos saberes e das crenças supostamente desvirtuadas, que levavam à perdição da alma. Foi preciso “ensinar” aos povos pagãos a (única) palavra salvadora, por meio de uma educação firmemente estabelecida na moral religiosa/cristã.

A possibilidade de discordar de uma educação moral pautada nos valores religiosos é recente. Por isso, tal discordância manifesta-se com menos frequência do que seria esperado em uma democracia. Ainda que seja permitida formalmente, há (ainda) pouca adesão por parte dos cidadãos. Exigir que a escola respeite todas as religiões é um direito que entra em conflito com a herança jesuítica/cristã da educação luso-brasileira. Entretanto, espera-se que numa sociedade democrática os direitos avancem sobre as tradições, abrindo espaço em meio às resistências conservadoras,

²² CASTRO, Fábio de; PALHARES, Isabela. Educadores reagem a ‘Escola sem Partido’. **O Estado de S. Paulo**, Metrópole, São Paulo, 10 jul. 2016, p. A21. Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral/educadores-reagem-a-escola-sem-partido,10000061992>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

dando lugar à pluralidade de ideias e à diversidade cultural, propiciando novas formas de sociabilidade.

Para que este avanço se materialize, as garantias legais previstas na Constituição precisam ser colocadas em prática pelos cidadãos. É necessário que todos possam exercer a cidadania, consubstanciada em possibilidades permanentes de mudança na ordem social. E é justamente esta capacidade de ler e compreender a realidade, de desenvolver um instrumental que sirva para atuar e transformar o mundo que se atribui à educação contemporânea. A função social da escola, acima de tudo, é formar o cidadão. É isto que faz com que a escola supere seu papel de reprodução das relações sociais, pois, ao formar o cidadão crítico, capaz de duvidar, de analisar, de reinventar a realidade a ele será entregue a responsabilidade de construir o futuro. Neste sentido, Hannah Arendt considera que:

A educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum.²³

Em termos práticos e considerando os fundamentos da Constituição de 1988, a preparação para a renovação do mundo é uma tarefa que cabe tanto à família como ao Estado, o que significa uma articulação entre as esferas pública e privada. A escola não deve se furtar a educar para a moralidade, mesmo que a família tenha seus próprios valores morais. A função da escola é propiciar aos alunos uma visão plural dos aspectos da sociedade em que estes estão inseridos, contextualizando historicamente os novos conhecimentos, de modo a formar cidadãos críticos. A educação numa democracia é fundada no respeito aos valores democráticos, não pode ser uma educação que garanta a continuidade, mas que possibilite o movimento, o questionamento crítico, produzindo instabilidades, reposicionamentos e transformações no tecido social. Formar para o exercício da cidadania representa uma atitude política, uma garantia legal que estabelece o compromisso de as gerações contribuírem sucessivamente para a construção e reconstrução da democracia.

²³ ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Tradução Mauro W. Barbosa. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 247.

RECEBIDO EM: 01/06/2017

PARECER DADO EM: 13/06/2017



www.revistafenix.pro.br